



**Higiene,
Segurança e
Saúde** no trabalho

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais
Direção Regional do Trabalho e da Ação Inspetiva

Legislação sobre higiene, segurança e saúde no trabalho

Última atualização: setembro de 2017

TEMA	CONTEÚDO	DIPLOMA	RESUMO
I. P R E V E N Ç Ã O	1. Regime jurídico de enquadramento (lei de bases)	Lei n.º 7/2009 de 12 fevereiro, Capítulo IV (artigo 281º ao 284º)	Aprova a revisão do Código do Trabalho
		Dec. Leg. Reg. n.º 21/2009/M, 4 agosto	Adapta à Região Autónoma da Madeira o Código do Trabalho
		Lei n.º 102/2009 de 10 setembro (Diretiva n.º 2007/30/CE de 20 junho)	Estabelece o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho
		Lei n.º 3/2014 de 28 janeiro	Procede à segunda alteração da Lei n.º 102/2009 de 10 setembro
		Decreto-Lei n.º 88/2015 de 28 de maio	Altera os art.ºs 41.º, 53.º, 54.º, 59.º, 64.º e 66.º da Lei n.º 102/2009
		Lei n.º 146/2015 de 9 de setembro	Procede à 4.ª alteração à Lei n.º 102/2009 (artigos 14.º, 21.º e 77.º - relativo ao trabalho marítimo)
		Lei n.º 28/2016 de 23 de agosto	Altera o art.º 16.º da Lei n.º 102/2009 (combate ao trabalho forçado)
	2. Registo de empresas e seus trabalhadores	Dec. Leg. Reg. n.º 8/93/M de 14 julho	Estabelece normas relativas ao registo de empresas e seus trabalhadores em serviço noutros estabelecimentos
	3. Aplicação à administração pública	Lei n.º 35/2014 de 20 junho	Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.
	4. Organização e funcionamento das atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho	Lei n.º 102/2009 de 10 setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 3/2014 de 28 janeiro	Estabelece o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho
Portaria n.º 275/2010 de 19 de maio		Fixa os valores das taxas devidas pelos serviços prestados pelos organismos, no âmbito dos ministérios responsáveis pelas áreas laboral e da saúde, competentes para a promoção da segurança e saúde no trabalho	
- fichas de aptidão	Portaria n.º 71/2015 de 10 março	Aprova o modelo de ficha de aptidão	
- relatório de atividades anual	Portaria n.º 55/2010 de 21 janeiro	Regula o conteúdo e o prazo de apresentação da informação sobre a atividade social da empresa	

5. Formação de técnicos superiores e de técnicos de segurança no trabalho	Lei n.º 42/2012 de 28 agosto	Estabelece os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior e de técnico de segurança no trabalho
	Portaria n.º 257/2014 de 11 de dezembro	Fixa o pagamento de taxas para a certificação de entidades formadoras e emissão de título profissional
	Portaria n.º 55/2012 de 9 de março	Reconhecimento das qualificações profissionais nos termos de Lei n.º 9/2009 de 4 de março
6. Prescrições mínimas para:		
6.1 Locais de trabalho	Decreto-Lei n.º 347/93 de 1 outubro – a)	Transpõe a Diretiva n.º 89/654/CEE de 30 novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais de trabalho
	Portaria n.º 987/93 de 6 outubro	Estabelece as prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais de trabalho
6.2 Utilização de equipamentos de trabalho	Decreto-Lei n.º 50/2005 de 25 fevereiro	Transpõe a Diretiva n.º 2001/45/CE de 27 junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho
6.3 Movimentação manual de cargas	Decreto-Lei n.º 330/93 de 25 setembro – a)	Transpõe a Diretiva n.º 90/269/CEE de 29 maio, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde na movimentação manual de cargas
6.4 Equipamentos dotados de visor	Decreto-Lei n.º 349/93 de 1 outubro – a)	Transpõe a Diretiva n.º 90/270/CEE, de 29 maio, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor
	Portaria n.º 989/93 de 6 outubro	Estabelece as prescrições mínimas de segurança e saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor
6.5 Utilização de equipamento de proteção individual	Decreto-Lei n.º 348/93 de 1 outubro – a)	Transpõe a Diretiva n.º 89/656/CEE de 30 novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamento de proteção individual no trabalho
	Portaria n.º 988/93 de 6 outubro	Estabelece as prescrições mínimas de segurança e saúde dos trabalhadores na utilização de equipamento de proteção individual

6.6 Sinalização de segurança e de saúde	Decreto-Lei n.º 141/95 de 14 junho – a)	Transpõe a Diretiva n.º 92/58/CEE de 24 junho, relativa às prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho
	Decreto-Lei n.º 88/2015 de 28 de maio	Altera o artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 141/95, de 14 de junho, alterado pela Lei n.º 113/99, de 3 de agosto
	Portaria n.º 1456 - A/95 de 11 dezembro	Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho
	Portaria n.º 178/2015 de 15 de junho	Procede à primeira alteração à Portaria n.º 1456 -A/95, de 11 de dezembro
6.7 Aplicação aos estaleiros temporários ou móveis	Portaria n.º 101/96 de 3 abril	Regulamenta as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis
	Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 outubro	Procede à revisão da regulamentação das condições de segurança e saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, constante do Decreto-Lei n.º 155/95 de 1 julho, mantendo as prescrições mínimas estabelecidas pela Diretiva n.º 92/57/CEE de 24 junho
	Decreto-lei n.º 50/2005 de 25 de fevereiro	(ver equipamentos de trabalho)
6.8 Aplicação nas indústrias extractivas por perfuração a céu aberto ou subterrâneas	Decreto-Lei n.º 324/95 de 29 novembro – a)	Transpõe as Diretivas n.º 92/91/CEE de 3 novembro e n.º 92/104/CEE de 3 dezembro, relativas às prescrições mínimas de saúde e segurança a aplicar nas indústrias extractivas
	Portaria n.º 197 e n.º 198/96 de 4 junho	Regula as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho das indústrias extractivas
	Decreto-Lei n.º 162/90 de 22 maio	Aprova o Regulamento Geral de Segurança e Higiene no Trabalho nas Minas e Pedreiras
6.9 Exposição a substâncias químicas (incluindo o chumbo)	Decreto-Lei n.º 24/2012 de 6 fevereiro	Consolida as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho
	Decreto-Lei n.º 88/2015 de 28 de maio	Altera os artigos 3.º, 7.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 24/2012
6.10 Exposição a agentes cancerígenos	Decreto-Lei n.º 479/85 de 13 novembro	Fixa as substâncias, os agentes e os processos industriais que comportam riscos cancerígenos, efetivo ou potencial, para os trabalhadores profissionalmente expostos

	Decreto-Lei n.º 301/2000 de 18 novembro	Regula a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho (transpõe a Diretiva n.º 90/394/CEE de 28 junho, alterada pelas Diretivas n.ºs 97/42/CE de 27 junho e n.º 99/38/CE de 29 abril)
	Decreto-Lei n.º 88/2015 de 28 de maio	Altera os artigos 2.º, 3.º, 5.º, 7.º, 8.º, 12.º, 18.º, 19.º, 20.º e 22.º e anexo do Decreto -Lei n.º 301/2000
6.11 Exposição ao amianto	Decreto-Lei n.º 266/2007 de 24 julho	Transpõe a Diretiva n.º 2003/18/CE de 27 de julho, relativa à proteção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho
	Portaria n.º 40/2014 de 17 de fevereiro	Estabelece as normas para a correta remoção dos materiais contendo amianto e para o acondicionamento, transporte e gestão dos respetivos resíduos de construção e demolição gerados, tendo em vista a proteção do ambiente e da saúde humana
6.12 Exposição a riscos derivados de atmosferas explosivas	Decreto-Lei n.º 236/2003 de 30 setembro	Transpõe a Diretiva n.º 1999/92/CE de 16 dezembro, relativa às prescrições mínimas destinadas a promover a melhoria da proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores suscetíveis de serem expostos a riscos derivados de atmosferas explosivas
6.13 Exposição a agentes biológicos	Decreto-Lei n.º 84/97 de 16 abril – a)	Relativo à proteção da segurança e saúde dos trabalhadores contra os riscos resultantes da exposição a agentes biológicos durante o trabalho. (Diretiva n.º 2000/54/CE de 18 setembro)
	Portaria n.º 1036/98 de 15 dezembro	Altera a lista de agentes biológicos classificados para efeitos da prevenção de riscos profissionais, aprovada pela Portaria n.º 405/98 de 11 julho
6.14 Exposição ao ruído no trabalho	Decreto-Lei n.º 182/2006 de 6 setembro	Prescrições mínimas de segurança e de saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (ruído) - transpõe a Diretiva n.º 2003/10/CE de 6 fevereiro
6.15 Exposição às vibrações no trabalho	Decreto-Lei n.º 46/2006 de 24 fevereiro	Proteção da saúde e segurança dos trabalhadores em caso de exposição aos riscos devidos a agentes físicos (Vibrações) – Transpõe a Diretiva n.º 2002/44/CE de 25 junho
6.16 Exposição a campos eletromagnéticos	Lei n.º 64/2017 de 7 agosto	Proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde a que estão ou possam vir a estar sujeitos devido à exposição a campos eletromagnéticos durante o trabalho – transpõe a Diretiva 2013/35/EU de 26 junho

6.17 Proteção contra radiações ionizantes	Dec. Regulamentar n.º 29/97 de 29 julho	Relativo ao regime de proteção dos trabalhadores de empresas externas que intervêm em zonas sujeitas a regulamentação com vista à proteção contra radiações ionizantes
	Decreto-Lei n.º 165/2002 de 17 julho	Estabelece as competências dos organismos intervenientes na área da proteção contra radiações ionizantes, bem como os princípios gerais de proteção, e transpõe a Diretiva n.º 96/29/EURATOM de 13 maio, que fixa as normas de base de segurança relativas à proteção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes
	Decl. Retif. n.º 30-A/2002 de 30 setembro	Retifica o Decreto-Lei n.º 180/2002 de 8 Agosto, que estabelece as regras relativas à proteção da saúde das pessoas contra os perigos resultantes de radiações ionizantes em exposições radiológicas médicas e transpõe a Diretiva n.º 97/43/EURATOM de 30 junho
	Decreto-Lei n.º 222/2008 de 17 novembro	Transpõe os limites de dose previstos na Diretiva n.º 96/29/EURATOM de 13 maio, e aplica-se à exposição dos membros do público, dos trabalhadores e aprendizes às radiações ionizantes de origem artificial
	Decreto-Lei n.º 184/2015 de 31 de agosto	Altera e republica o Decreto-Lei n.º 167/2002, de 18 julho, que aprova o regime jurídico do licenciamento e do funcionamento das entidades de prestação de serviços na área da proteção contra radiações ionizantes e transpõe disposições relativas às áreas da dosimetria e da formação, previstas na Diretiva n.º 96/29/EURATOM de 13 maio
6.18 Trabalho a bordo dos navios de pesca	Decreto-Lei n.º 116/97 de 12 maio – a)	Transpõe a Diretiva n.º 93/103/CE de 23 novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca
	Portaria n.º 356/98 de 24 junho	Regulamenta as prescrições mínimas
	Lei n.º 3/2014, de 28 de janeiro	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 116/97, de 12 de maio
6.19 Assistência médica a bordo dos navios	Decreto-Lei n.º 274/95 de 23 outubro – a)	Transpõe a Diretiva n.º 92/29/CEE de 31 março, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde que visam promover uma melhor assistência médica a bordo dos navios
	Portaria n.º 6/97 de 2 janeiro	Regulamenta o Decreto-Lei n.º 274/95 de 23 outubro

<p>6.20 Trabalhos desempenhados por menores</p>	<p>Lei n.º 7/2009 de 12 fevereiro (Art.ºs 66.º e 72.º)</p> <p>Lei n.º 102/2009 de 10 setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 3/2014, de 28/01</p> <p>(Artigos 61º a 72º)</p> <p>Diretiva n.º 94/33/CE, de 22 de junho</p>	<p>Aprova a revisão do Código do Trabalho</p> <p>Regime jurídico de promoção de segurança e saúde no trabalho – Atividades proibidas ou condicionadas a menor</p>
<p>6.21 Trabalho feminino, trabalhos condicionados – grávidas, puérperas e lactantes</p>	<p>Lei n.º 7/2009 de 12 fevereiro (artigo 62.º)</p> <p>Lei n.º 102/2009 de 10 setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 3/2014, de 28/01</p> <p>(Artigos 50º a 60º)</p> <p>Diretiva n.º 92/85/CEE de 19 outubro</p>	<p>Aprova a revisão do Código do Trabalho</p> <p>Regime jurídico de promoção de segurança e saúde no trabalho – Atividades proibidas ou condicionadas a trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes</p>
<p>7. Regulamentos específicos:</p>		
<p>7.1 de segurança, higiene e saúde no trabalho na exploração dos sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais</p>	<p>Portaria n.º 762/2002 de 1 julho</p>	<p>Aprova o regulamento de segurança, higiene e saúde no trabalho</p>
<p>7.2 de higiene e segurança do trabalho nos estabelecimentos comerciais, de escritório e serviços</p>	<p>Decreto-Lei n.º 243/86 de 20 agosto</p>	<p>Aprova o regulamento geral de higiene e segurança do trabalho nos estabelecimentos comerciais, de escritório e serviços</p>
	<p>Decreto Regulamentar Regional n.º 14/87/M de 8 julho</p>	<p>Adapta, para aplicação na Região, o regulamento geral de higiene e segurança do trabalho nos estabelecimentos comerciais, de escritório e serviços</p>

7.3 de segurança e higiene do trabalho nos estabelecimentos industriais	Portaria n.º 53/71 de 3 fevereiro	Aprova o regulamento geral de segurança e higiene nos estabelecimentos industriais
	Portaria n.º 702/80 de 22 setembro	Altera a Portaria n.º 53/71
7.4 de segurança no trabalho da construção civil (ver também legislação de âmbito geral de aplicação aos estaleiros temporários ou móveis)	Decreto-Lei n.º 41820/58 de 11 agosto	Relativo à segurança no trabalho da construção civil
	Decreto n.º 41821/58 de 11 agosto	Aprova o regulamento de segurança no trabalho da construção civil
	Decreto n.º 46427/65 de 10 julho	Aprova o regulamento das instalações provisórias destinadas ao pessoal empregado nas obras
7.5 de segurança e higiene no trabalho nas minas e pedreiras	Decreto-Lei n.º 162/90 de 22 maio	Aprova o regulamento geral de segurança e higiene no trabalho nas minas e pedreiras
7.6 de higiene e segurança do trabalho nos caixões de ar comprimido	Decreto-Lei n.º 49/82 de 18 fevereiro	Aprova o regulamento de higiene e segurança do trabalho nos caixões de ar comprimido
8. Risco de acidentes graves		
	Decreto-Lei n.º 150/2015 de 5 agosto	Estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas.

II C O F M A R E B R C I I C A O L I Z A Ç Ã O	1. Equipamentos de proteção individual	Portaria n.º 109/96 de 10 abril	Altera os anexos I, II, IV e V da Portaria n.º 1131/93 de 4 novembro
		Portaria n.º 695/97 de 19 agosto	Altera os anexos I e V da Portaria n.º 1131/93 de 4 novembro
	2. Máquinas novas	Decreto-Lei n.º 103/2008 de 24 junho	Estabelece as regras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e respetivos acessórios, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/42/CE de 17 maio relativa às máquinas e altera a Diretiva n.º 95/16/CE de 29 junho
		Decreto-Lei n.º 295/98 de 22 setembro	Estabelece os princípios gerais de segurança relativos aos ascensores e respetivos componentes (transpõe a Diretiva n.º 95/16/CE de 29 junho)
	3. Máquinas usadas	Decreto-Lei n.º 214/95 de 18 agosto	Estabelece as condições de utilização e comercialização de máquinas usadas, visando a proteção da saúde e segurança dos utilizadores e de terceiros
		Portaria n.º 172/2000 de 23 março	Define a complexidade e características das máquinas usadas que revistam especial perigosidade
	4. Produtos químicos	Decreto-Lei n.º 98/2010 de 11 de agosto	O presente decreto-lei estabelece o regime a que obedece a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente, com vista à sua colocação no mercado, garantindo a aplicação, na ordem jurídica interna, da Diretiva n.º 67/548/CEE, do Conselho, de 27 de junho
		Decreto-Lei n.º 63/2008 de 02 abril	Procede à 1.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 82/2003, de 23 de abril, que aprova o Regulamento para a Classificação, Embalagem, Rotulagem e Fichas de Dados de Segurança de Preparações Perigosas, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.ºs 2004/66/CE de 26 abril, 2006/8/CE de 23 janeiro, e 2006/96/CE de 20 novembro

III. R E P A R A Ç Ã O	1. Regime jurídico dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais	Capitulo IV (Prevenção e reparação de acidentes de trabalho e doenças profissionais) Artigos 281º a 284º da Lei n.º 7/2009 de 12 fevereiro	Aprova a revisão do Código do Trabalho
	Aplicação:	Lei n.º 98/2009 de 4 setembro	Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro
		Decreto-Lei n.º 185/2007 de 10 maio	Altera o regime jurídico do fundo de acidentes de trabalho, criado pelo Decreto-Lei n.º 142/99 de 30 abril
	- trabalhador independente	Decreto-Lei n.º 159/99 de 11 maio	Regulamenta o seguro de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes
	- administração pública	Decreto-Lei n.º 503/99 de 20 novembro	Aprova o regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais no âmbito da administração pública
		Lei n.º 11/2014 de 6 março	Procede à 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 503/99 (Art.º 41.º)
	2. Lista das doenças profissionais	Dec. Regulamentar n.º 76/2007 de 17 julho	Altera e republica o Dec. Regulamentar n.º 6/2001 de 5 maio que aprova a lista das doenças profissionais e o respectivo índice codificado
3. Tabela nacional de incapacidades	Decreto-Lei n.º 352/2007 de 23 outubro	Aprova a tabela nacional de incapacidades por acidentes de trabalho e doenças profissionais	
IV. E S T A T I S T I C A S	Informação estatística de acidentes de trabalho e doenças profissionais	Decreto-Lei n.º 106/2017 de 29 agosto	Regula a recolha, publicação e divulgação da informação estatística sobre acidentes de trabalho
		Decreto-Lei n.º 362/93 de 15 outubro	Regula a informação estatística sobre doenças profissionais
		Portaria n.º 137/94 de 8 março	Aprova o modelo de participação de acidente de trabalho e o mapa de encerramento de processo de acidentes de trabalho
		Dec. Leg. Reg. n.º 7/95/M de 6 maio	Adapta à RAM o Decreto-Lei n.º 362/93 de 15 outubro

a) Alteração nas contraordenações – ver Lei n.º 113/99 de 3 agosto

NOTA: Listagem não exaustiva da principal legislação.